

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORA

Sessão Extraordinária de 31 de Março de 2022

### DECLARAÇÃO DE VOTO



Torna-se evidente que o amplo processo de reorganização orgânica e do Mapa de Pessoal que nos é apresentado resulta, em grande parte, do quadro de transferências que o Governo PS entendeu impor às autarquias, independentemente da vontade destas.

É sabido que a anterior gestão CDU o recusou sucessivamente. De facto, esta transferência de encargos, é assim que a entendemos, concretizada num contexto de confusão e dispersão legal, visa não só aliviar o OE, como desresponsabilizar o Governo PS de funções e competências relevantes, que deveriam ser de acesso universal, de garantia de iguais direitos pessoais em todo o território nacional e executadas com a preocupação constante da melhoria do serviço público

Aliás, é a própria ANMP, que, apesar do seu seguidismo político, vem reconhecer vários entraves à prossecução do processo, nomeadamente: a insuficiência de dados e de elementos de base fornecidos aos municípios; a escassez de verbas a transferir; e a falta de informação relativamente ao pessoal abrangido pela transferência, designadamente no que respeita a vínculos não permanentes e essenciais ao normal funcionamento dos serviços

No actual quadro de subfinanciamento do Poder Local a adição de novos encargos ~~irá~~ reflectir-se<sup>à</sup> negativamente na capacidade de investimento dirigido à prestação do serviço à população e na promoção do desenvolvimento, estas, sim, competências que desde sempre foram<sup>o são</sup> de âmbito autárquico.

É pois perante esta situação que o executivo da CMM nos vem propor para aprovação as propostas de reestruturação dos serviços municipais e de revisão do Mapa de Pessoal.

Desde logo queremos afirmar que a visão que nos é proposta nunca poderia integrar o estilo de trabalho da CDU. Isto é, esta não seria <sup>nunca</sup> a nossa proposta!

A opção tomada pelo actual executivo de integrar as novas competências numa divisão de maior abrangência não <sup>nos</sup> parece boa solução, já que a nosso ver deveriam estar isoladas, para possibilitar uma fácil monitorização e, dessa forma, fundamentar futuras reivindicações que nesta área por certo se justificarão. Manifestar ainda alguma estranheza pela existência de um Gabinete Técnico Florestal desinserido da Divisão de Desenvolvimento Económico.

Relevo, por outro lado, a ausência, no Organograma agora apresentado, da Universidade Sénior e do Fluviário bem como a despromoção da Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia e do Museu Interactivo do Megalitismo de Mora que passam a Núcleos, integrando os “Serviços dos Núcleos Museológicos”.

E já agora, se me permitem, refiro <sup>ainda</sup> um esquecimento de registo na estrutura dos serviços.

Trata-se do gabinete de apoio a esta AM, que por lei lhe é devido, mas, que ao que julgo, este executivo teima em não materializar.

Confrontando, agora, o quadro de pessoal, ele parece indiciar uma futura tendência para o recurso à dependência externa relativamente a novos projectos.

Com efeito, o quadro de pessoal que nos foi presente contempla um número de chefias absolutamente desproporcionado face ao número de trabalhadores da CM,

ainda que considerando os 32 trabalhadores inerentes às novas competências. Bem sabemos que o estilo de trabalho autárquico do PS privilegia o recurso ao *outsourcing*, o que na verdade exige mais trabalho de gabinete do que tarefas de execução. Temos, contudo, sérias dúvidas, que, sobretudo na actual conjuntura, esse <sup>seja o</sup> caminho ~~seja~~ que melhor serve os interesses do desenvolvimento do Concelho, tal como desconhecemos quantos dos 56 postos de trabalho a preencher estão já criados.

Mas uma coisa temos como certa. O acréscimo de volume da massa salarial que agora se propõe vai reflectir-se muito negativamente na capacidade de investimento de que o Concelho carece e aumenta ainda mais o fosso existente entre os salários dos trabalhadores.

Oxalá o futuro venha mostrar que estamos enganados.

→

Por tudo o que fica dito, o nosso voto relativo a estas propostas em discussão será a abstenção, <sup>e ela vai ser sentido</sup> no sentido de não bloquear o normal funcionamento da Câmara Municipal, <sup>ao contrário do que</sup> como acontece noutras Assembleias Municipais do País onde o PS tem a maioria.

O “Grupo Municipal da CDU”, na Assembleia Municipal de Mora.

Mora, 31 de Março de 2022